

JUMIL - Justino de Morais, Irmãos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A.
Batatais -São Paulo

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos 1, 2 e 3 a) e pelos possíveis efeitos do assunto 3 b) descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 20, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais do contrato de debêntures em 31 de dezembro de 2019 o que permite eventual declaração de vencimento antecipado das obrigações no montante de R\$ 64.871 mil, dos quais R\$ 64.362 mil estão classificados no passivo não circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior em R\$ 64.362 mil, respectivamente.

2. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 as demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu R\$ 45.469 mil de ativos fiscais diferidos (R\$ 39.997 mil em 31 de dezembro de 2018), contudo não existem evidências apropriadas para comprovar que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para suportar o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 43.900 mil (R\$ 37.759 mil em 31 de dezembro de 2018) e o resultado do exercício está apresentado a maior em R\$ 6.141 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 6.091 mil em 2018).
3. Conforme nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial da Companhia apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 53.913 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 58.776 mil em 31 de dezembro de 2018), líquido da depreciação acumulada e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 6.042 mil (R\$ 6.320 mil em 31 de dezembro de 2018), respectivamente:
 - a. A Companhia não efetuou desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos a revisão da vida útil e não determinou o valor residual do ativo imobilizado. De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado a Empresa deve revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se o valor residual tivesse sido determinado e a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido efetuada, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desses assuntos não foram determinados.
 - b. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos não obtivemos acesso ao controle patrimonial do custo dos itens registrados na rubrica de imobilizado. Consequentemente, não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos desse assunto no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos naquelas datas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalvas e Incerteza relevante quanto à continuidade operacional determinamos que não existem Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 13.931 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 41.313 mil. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº 2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 03 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.028	1.218	Fornecedores	19	23.971	20.274
Contas a receber de clientes	11	24.440	21.123	Empréstimos e financiamentos	20	33.015	25.182
Estoques	12	20.497	20.294	Salários e encargos sociais	21	28.586	14.894
Adiantamentos a fornecedores		1.083	597	Comissões a pagar		2.448	2.491
Tributos a recuperar	13	4.010	1.620	Adiantamentos de clientes	22	11.939	9.060
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		331	609	Tributos a recolher		98	116
Demais contas a receber		1.727	1.971	Parcelamentos de contribuições	23	1.394	1.555
Contrato cessão de direitos creditórios	15	10.669	-	Provisões para garantias		530	509
Total do ativo circulante		63.785	47.432	Dividendos a pagar		139	135
				Outras contas a pagar	24	2.978	2.914
Não circulante				Total do passivo circulante		105.098	77.130
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Titulos e valores mobiliários	10	361	52	Empréstimos e financiamentos	20	90.943	97.995
Tributos a recuperar	13	16.315	15.646	Provisões para contingências	25	236	183
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	1.750	Provisões para perdas com investimentos	16	837	454
Empréstimos com partes relacionadas	14	4.720	4.486	Parcelamentos de contribuições	23	2.698	3.828
Tributos diferidos	26	43.900	37.759	Outras contas a pagar	24	6.627	5.927
Demais contas a receber		675	450	Total do passivo não circulante		101.341	108.387
Contrato cessão de direitos creditórios	15	-	9.538	Patrimônio líquido	27		
		65.971	69.681	Capital social		36.194	36.194
Investimentos	16	59	59	Adiantamento para futuro aumento de capital		59.355	59.355
Outros investimentos		294	5	Ajuste de avaliação patrimonial		3.047	3.169
Imobilizado	17	53.913	58.776	Ações em tesouraria		6	6
Intangível	18	10.105	11.183	Prejuízos acumulados		(110.914)	(97.105)
Total do ativo não circulante		130.342	139.704	Total do patrimônio líquido		(12.312)	1.619
				Total do passivo		206.439	185.517
Total do ativo		194.127	187.136	Total do passivo e patrimônio líquido		194.127	187.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	28	168.675	179.360
Custo das vendas e serviços	29	<u>(128.835)</u>	<u>(131.112)</u>
Lucro bruto		<u>39.840</u>	<u>48.248</u>
Despesas gerais e administrativas	30	(12.195)	(11.631)
Despesas com vendas	30	(29.516)	(29.870)
Outros receitas operacionais, líquidas	31	<u>2.939</u>	<u>1.537</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>1.068</u>	<u>8.284</u>
Receitas financeiras	32	4.310	7.673
Despesas financeiras	33	<u>(25.067)</u>	<u>(34.072)</u>
Resultado financeiro		<u>(20.757)</u>	<u>(26.399)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	16	<u>(383)</u>	<u>(287)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(20.072)</u>	<u>(18.402)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	<u>6.141</u>	<u>6.091</u>
Resultado do exercício		<u><u>(13.931)</u></u>	<u><u>(12.311)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Resultado do exercício	(13.931)	(12.311)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(13.931)</u></u>	<u><u>(12.311)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento futuro aumento capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018		36.194	59.355	3.289	6	(84.914)	13.930
Realização da reserva de reavaliação	27 d)	-	-	(120)	-	120	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(12.311)	(12.311)
Em 31 de dezembro de 2018		<u>36.194</u>	<u>59.355</u>	<u>3.169</u>	<u>6</u>	<u>(97.105)</u>	<u>1.619</u>
Realização da reserva de reavaliação	27 d)	-	-	(122)	-	122	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(13.931)	(13.931)
Em 31 de dezembro de 2019		<u>36.194</u>	<u>59.355</u>	<u>3.047</u>	<u>6</u>	<u>(110.914)</u>	<u>(12.312)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(20.072)	(18.402)
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	17/18	7.539	7.644
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes	33	35	(203)
Provisão de juros fornecedores em atraso		163	(300)
Ajuste a valor presente		17	204
Ajuste a valor justo contrato cessão de direitos creditórios		(1.131)	3.225
Constituição de provisão para garantias		21	123
Reversão de provisão para contingências	24	53	(6)
Provisão para perdas em estoques		93	(345)
Resultado de equivalência patrimonial		383	287
Resultado na venda de imobilizado		(114)	(277)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		15.428	17.845
		<u>2.415</u>	<u>9.795</u>
Variações no capital circulante:			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(4.867)	22.996
Estoques		(296)	(1.564)
Fornecedores e outras obrigações		19.521	7.044
		<u>16.773</u>	<u>38.271</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros pagos		(15.290)	(25.933)
		<u>1.483</u>	<u>12.338</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	16	(1.297)	(2.223)
Aquisições de ativo intangível	18	(419)	(1.361)
Resgate de títulos e valores mobiliários		(309)	322
Aumento de outros investimentos		(289)	-
Recebimento pela venda de imobilizado		232	583
Empréstimos partes relacionadas		(234)	(134)
Recebimento de empréstimos partes relacionadas		-	26
		<u>(2.316)</u>	<u>(2.787)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção de empréstimos		208.321	46.844
Pagamento de empréstimos		(207.144)	(56.567)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas		(534)	(556)
		<u>643</u>	<u>(10.279)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos			
Redução em caixa e equivalentes de caixa			
		(190)	(728)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		<u>1.218</u>	<u>1.946</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u>1.028</u>	<u>1.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A JUMIL - Justino de Moraes Irmãos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Moacyr Dias de Moraes, nº 1043, bairro Riachuelo, na cidade de Batatais - SP, constituída em 1936, que tem por objeto fornecer equipamentos agropecuários, fundidos e peças plásticas. A Companhia é genuinamente brasileira, e figura como uma das principais fabricantes de equipamentos agropecuários do País.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos conforme os prazos divulgados na Nota explicativa nº 34 (iii).

Durante o exercício de 2019 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 13.931 (R\$ 12.311 em 31 de dezembro de 2018) e o passivo circulante excede o ativo circulante em montante de R\$ 41.313 (R\$ 29.698 em 31 de dezembro de 2018). Parte significativa desses resultados negativos deve-se, aos encargos financeiros de empréstimos e financiamentos reconhecidos e pagos ao longo do exercício. A Companhia continua focada na adequação de seu perfil de dívida (alongamento e redução do custo financeiro) e na redução da alavancagem financeira junto às instituições financeiras, medida pelo índice dívida líquida/EBITDA. Em momentos de necessidade de caixa a Companhia vem utilizando recursos imediatos por meio de descontos de duplicatas para suprir as necessidades de caixas, operação financeira que continuará a ser utilizada enquanto a Companhia não conclui a adequação do perfil de dívida.

Em Assembleia Geral dos Debenturistas (AGD) realizada em 06 maio de 2020, conforme nota explicativa nº 37, a Companhia obteve a prorrogação do pagamento do valor principal das debêntures que deveria ser liquidado em maio e outubro de 2020, para utilização no seu fluxo de caixa financeiro no montante de R\$ 6.879. Tais valores deverão ser liquidados juntamente com o saldo remanescente, no montante de R\$ 64.362, com vencimento em 07 de maio de 2021. A Companhia já iniciou as tratativas de negociação de distribuição desse saldo devedor em um fluxo de amortização sustentado pela sua projeção de geração de caixa operacional futuro.

Além de sua geração de caixa no curso normal de suas operações, os acionistas decidiram alienar o imóvel urbano de propriedade da Companhia, referente à antiga unidade fabril, para fortalecer o caixa.

Para cumprir com seus compromissos de curto prazo, os acionistas realizarão aportes de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital.

A administração acredita que as renegociações dos empréstimos e debêntures ocorrerão conforme planejado e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para atender as obrigações de pagamento nessa data. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A administração tem acesso a acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

A administração reconhece que um certo grau de incerteza permanece sobre a capacidade da Companhia para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinanciar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Declaração de conformidade (com relação às do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03 de julho de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa nº 5.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 12** - mensuração da provisão para perdas em estoque;
- **Nota explicativa nº 15** - mensuração do valor justo do contrato cessão de direitos creditórios;

- **Nota explicativa nº 17 e 18** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 25** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 26** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. Adoção inicial do CPC 06 R2 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia realizou a adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, em substituição às normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, no entanto, não identificou ajustes, pois não possui contratos de arrendamentos que se enquadram na referida norma.

b. ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

(i) Venda de bens – equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia determinou que, para o equipamento produzido sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os produtos são fabricados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os equipamentos são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia terá direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que há o faturamento de produtos conforme pedidos devidamente aprovados pela diretoria comercial, transmitidos pelos clientes, distribuidores e representantes.

(ii) Venda de bens – peças de reposição e acessórios

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no pedido com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Tendo em vista o volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações financeiras, a Companhia ao final do ano controla a confirmação da entrega dos produtos para o registro contábil dessas receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Descontos concedidos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Juros e atualizações sobre outros ativos e passivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos, de acordo com o CPC 32 “Tributos Diferidos” o passivo diferido será reconhecido quando for provável a liquidação do valor contábil do ativo que tornará futuros pagamentos de tributos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado nas taxas fiscais dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	25
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10
Instalações industriais	10
Veículos e equipamentos de transporte	5
Móveis e utensílios	10

h. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a capitalizar os custos com novos projetos para desenvolvimento e inovação (PD&I). Esses projetos são capitalizados pelos gastos despendidos na fase de desenvolvimento do produto. Os custos dos projetos são amortizados durante a vida útil de geração de benefício futuro do projeto, analisado pelo departamento de engenharia. Caso ocorra a descontinuidade do projeto, os gastos capitalizados são integralmente baixados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos a 10 anos
Desenvolvimento e inovação	10 anos

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Capital social

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos 5 anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

1. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (i).

	2019	2018
Caixas e bancos	402	1.111
Certificados de Depósito Bancário – CDB	627	-
Fundos DI – CDI	-	107
	<u>1.028</u>	<u>1.218</u>

Os montantes aplicados em CDB e fundos DI possuem liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de mudança de valor e são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 34.

10 Títulos e valores mobiliários

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (i).

	2019	2018
Titulos de capitalização	-	52
Aplicação financeira	361	-
	<u>361</u>	<u>52</u>

Os títulos de capitalização são corrigidos com base na TR - Taxa Referencial.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa nº 34.

11 Contas a receber de clientes

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (i) e (k).

	2019	2018
Contas a receber de clientes mercado interno	26.159	23.086
Contas a receber de clientes mercado externo	3.392	3.113
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes	(5.111)	(5.076)
	<u>24.440</u>	<u>21.123</u>

Em 31 de dezembro a Companhia efetuou o cálculo do ajuste a valor presente no montante de R\$ 511 (R\$ 292 em 2018) sobre os saldos a vencer de contas a receber, considerando a taxa de desconto que representa o custo de capital.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa nº 34.

12 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (e).

	2019	2018
Produtos acabados	2.236	3.141
Materiais diretos de fabricação	10.346	10.518
Produtos em elaboração	9.161	7.518
Materiais indiretos de fabricação	238	499
Embalagens e outros	6	15
Provisão para perdas em estoques (i)	<u>(1.491)</u>	<u>(1.398)</u>
	<u>20.497</u>	<u>20.294</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

- (i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	(1.398)	(1.743)
Adições	(613)	(1.066)
Reversões	<u>520</u>	<u>1.411</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(1.491)</u>	<u>(1.398)</u>

13 Tributos a recuperar

	2019	2018
ICMS sobre compras de insumos (i)	16.073	15.602
IPI sobre compras (ii)	2.154	1.160
ICMS sobre compras de imobilizado	56	109
PIS e COFINS a recuperar	1.662	176
Outros impostos a recuperar	<u>380</u>	<u>220</u>
	20.325	17.267
No ativo circulante	<u>(4.010)</u>	<u>(1.620)</u>
No ativo não circulante	<u>16.315</u>	<u>15.646</u>

- (i) Referem-se a créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, apurados em aquisições de insumos para produção e acumulados face à desoneração de parte das vendas de máquinas e implementos agrícolas. A Companhia poderá compensar esses créditos ou ressarcir-los mediante o enquadramento aos requisitos da portaria CAT 83/2009 da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo. Em agosto de 2019, a Companhia se enquadrou aos requisitos exigidos pela referida portaria e, de acordo com as expectativas da própria administração, nenhuma provisão se faz necessária.

Deste montante, houve alguns pedidos restantes e protocolados na sistemática simplificada (nos termos da Portaria CAT 207/2009), que totalizam cerca de R\$ 169 mil, e também temos pedidos protocolados na sistemática de custeio (nos termos da Portaria CAT 83/2009), referentes ao período de agosto/2014 a abril/2015, que totalizam cerca de R\$ 920 mil, esses pedidos se encontram em análise na SEFAZ-SP. A elaboração e a entrega dos arquivos digitais, conforme a Portaria CAT 83/2009 (pedidos de crédito na sistemática de custeio) está em andamento e com previsão de liberação de cerca de R\$ 1,5 milhão até o final de 2020, e o restante aproximado de R\$ 13,5 milhões serão compensados ou ressarcidos no decorrer da entrega dos arquivos digitais, referentes ao período de maio/2015 em diante.

- (ii) A Companhia efetua pedidos de ressarcimento do saldo de IPI trimestralmente. Em 2019, já foram efetuados pedidos em janeiro, abril, julho e outubro, e esses pedidos estão sendo compensados com outros tributos federais.

14 Partes relacionadas

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, que inclui salários e encargos da diretoria, foi de R\$ 1.371 (R\$ 1.367 em 2018).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Companhias controladas:

Ativo não circulante	2019	2018
Fabício Rosa de Moraes (i)	4.720	4.486
	<u>4.720</u>	<u>4.486</u>
Passivo não circulante (Nota explicativa nº 20)	2019	2018
Rubens Dias de Moraes (ii)	4.016	4.057
José Carlos Rodrigues (ii)	1.996	1.996
Fabício Rosa Moraes e Patricia Rosa Moraes Crivelenti (ii)	21	514
Patricia Rosa Moraes Crivelenti (ii)	686	687
	<u>6.719</u>	<u>7.253</u>

- (i) Refere-se a mútuos financeiros corrigidos pela TR - taxa referencial, com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Refere-se a mútuos financeiros passivo que não podem ser corrigidos por questão contratual, com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Jumil Transportes e Comércio Ltda.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo a receber da Jumil Transportes e Comércio Ltda. de R\$ 629 (R\$ 369 em 2018), contabilizados na rubrica de demais contas a receber. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo a pagar para a Jumil Transportes e Comércio Ltda. de R\$ 21 (não apresentava saldo em 2018).

15 Contrato cessão de direitos creditórios

O saldo desta rubrica refere-se à cessão de direitos creditórios derivada da venda de imóvel rural de propriedade dos acionistas da Companhia, sendo:

	2019	2018
Ativo circulante	10.669	-
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>9.538</u>
Total	<u><u>10.669</u></u>	<u><u>9.538</u></u>

- a.** Recebimento com entrega física de 96.000 sacas de soja em abril de 2020 e 48.000 sacas de soja no final de outubro de 2020, totalizando o valor de R\$ 10.669 registrado a valor justo. O saldo está sujeito ao cálculo do valor presente para as parcelas a receber. O valor presente do crédito da aquisição das fazendas foi calculado pela quantidade de sacas de soja a serem recebidas por ano multiplicado pelo seu preço futuro da safra do próximo ano calendário, chegando assim ao valor futuro de cada recebimento. O valor futuro foi trazido a valor presente pela interpolação da curva de juros futuro DI x IGPM para obter a taxa de juros em termos reais a ser descontada em um calendário base de 252 dias. Logo se desconta cada valor futuro de pagamento pelas taxas de desconto auferidas através do cálculo da curva de juros interpolada e a quantidade de dias úteis até cada vencimento.

O efeito da atualização do valor justo futuro, apesar de transitar na demonstração do resultado, somente terá efeito no caixa da Companhia quando do vencimento e liquidação das parcelas futuras.

- b.** Adicionalmente ainda há um possível recebimento com entrega física de 90.000 sacas de soja, no valor de R\$ 6.799, a título de contingência, referente área embargada pelo IBAMA, que, se o assunto for encerrado até a vigência desse contrato, será parte integrante da alienação do Imóvel, caso contrário, não será integralizado tal recebimento.

16 Investimentos e provisão para perda com investimentos

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (f) / (k).

a. Informações sobre investimentos

	Quantidade de ações possuídas	Percentual de participação direta	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Total de receitas	Total de despesas	Prejuízo do exercício
Em 31 de dezembro de 2019												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.486	99,91	303	75	378	1.214	-	1.214	(836)	905	(1.288)	(383)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	66	3	69	22	-	47	69	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	267	44	311	764	-	764	(453)	1.556	(1.899)	(343)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	66	3	69	22	-	47	69	-	-	-

b. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(454)	(383)	(837)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	59	-	59
	<u>(395)</u>	<u>(383)</u>	<u>(778)</u>
	Saldos em 31 de dezembro de 2017	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2018
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(167)	(287)	(454)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	59	-	59
	<u>(108)</u>	<u>(287)</u>	<u>(395)</u>

(i) A controlada Jumil Transporte e Comércio Ltda. foi fundada em 1980, e presta serviços de transportes exclusivamente para a JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

(ii) O investimento na controlada Jumil México Impl. Agrícolas, S De R. L. De CV vem diminuindo, pois a mesma terá suas atividades encerradas em 2021.

17 Imobilizado

Veja política contábil nas notas explicativas nº 7 (g) / (k).

	Terrenos	Obras em andamento	Juros sobre obras em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos ferramentas	Instalações industriais	Veículos e equipamentos de transporte	Móveis e utensílios	Processamento de dados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	2.045	861	154	34.205	18.477	3.086	795	3.064	470	63.157
Aquisições	-	104	-	-	1.243	170	240	264	202	2.223
Alienações/baixas	-	-	-	-	(155)	-	-	-	(129)	(284)
Depreciação no exercício	-	-	-	(1.494)	3.175	(321)	(456)	(540)	(334)	(6.320)
Saldo contábil, líquido	<u>2.045</u>	<u>965</u>	<u>154</u>	<u>32.711</u>	<u>16.390</u>	<u>2.935</u>	<u>579</u>	<u>2.788</u>	<u>209</u>	<u>58.776</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo total	2.045	965	154	45.826	43.806	5.612	5.457	7.138	3.028	114.031
Depreciação acumulada	-	-	-	(13.115)	(27.416)	(2.677)	(4.878)	(4.350)	(2.819)	(55.255)
Saldo contábil, líquido	<u>2.045</u>	<u>965</u>	<u>154</u>	<u>32.711</u>	<u>16.390</u>	<u>2.935</u>	<u>579</u>	<u>2.788</u>	<u>209</u>	<u>58.776</u>
Em 1º de janeiro de 2019	2.045	965	154	32.711	16.390	2.935	579	2.788	209	58.776
Aquisições	-	61	-	176	655	112	2	278	14	1.297
Alienações/baixas	-	(118)	-	-	(26)	-	(653)	(84)	-	(881)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	26	-	653	84	-	763
Depreciação no exercício	-	-	-	(1.498)	(3.268)	(334)	(265)	(547)	(130)	(6.042)
Saldo contábil, líquido	<u>2.045</u>	<u>908</u>	<u>154</u>	<u>31.389</u>	<u>13.777</u>	<u>2.713</u>	<u>316</u>	<u>2.519</u>	<u>93</u>	<u>53.913</u>
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo total	2.045	908	154	46.002	44.460	5.724	5.459	7.416	3.042	115.210
Depreciação acumulada	-	-	-	(14.613)	(30.684)	(3.011)	(5.143)	(4.897)	(2.949)	(61.297)
Saldo contábil, líquido	<u>2.045</u>	<u>908</u>	<u>154</u>	<u>31.389</u>	<u>13.776</u>	<u>2.713</u>	<u>316</u>	<u>2.519</u>	<u>93</u>	<u>53.913</u>

A Companhia encontra-se em processo de implementação de controles analíticos para assegurar a total existência e acuracidade do ativo imobilizado e sua correspondente depreciação, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado".

18 Intangível

Veja política contábil nas notas explicativas nº 7 (h) / (k).

	Software	Desenvolvimento e inovação	Total
Em 1º de janeiro de 2018	3.301	7.867	11.168
Adições	1.148	213	1.361
Alienações/baixas	-	(22)	(22)
Amortização	(566)	(758)	(1.324)
Saldo contábil, líquido	3.883	7.300	11.183
Em 31 de dezembro de 2018			
Custo total	5.259	9.890	15.149
Amortização acumulada	(1.376)	(2.590)	(3.966)
Saldo contábil, líquido	3.883	7.300	11.183
Em 1º de janeiro de 2019	3.883	7.300	11.183
Adições	241	178	419
Alienações/baixas	-	-	-
Amortização	(721)	(776)	(1.497)
Saldo contábil, líquido	3.403	6.702	10.105
Em 31 de dezembro de 2019			
Custo total	5.500	10.068	15.568
Amortização acumulada	(2.097)	3.366	(5.463)
Saldo contábil, líquido	3.403	6.702	10.105

Os principais projetos de novos produtos desenvolvidos em 2019 foram: 1) Plantadora Adubadora Transportável de 14 a 20 linhas (JM INVICTA), para tratores de 180 a 270cv; 2) Plantadora Adubadora Transportável de 21 a 35 linhas (TERRA SEMENTE A ADUBO), para tratores de 240 a 420cv; 3) Aplicação do sistema BOSCH IPS para acionamento elétrico do dosador de sementes pneumático EXACTA; 4) Unidade Semeadora Pantográfica FLEX.

19 Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (i).

	2019	2018
Matéria-prima	15.281	13.054
Serviços	4.843	4.248
Energia elétrica	540	525
Matérias uso e consume	322	165
Transporte	971	708
Manutenção	784	759
Aquisição de materiais para obras em andamento	59	54
Provisão de juros fornecedores em atraso	1.171	760
	23.971	20.274

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 34.

20 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis na nota explicativa nº 7 (i).

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 34 divulga informações adicionais em relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda e liquidez.

Modalidade	Taxa	2019	2018
Debêntures (i)	3,55% a.a + CDI	64.871	64.536
Capital de giro	9,00% a 14,00% a.a + CDI	9.067	11.072
Capital Fixo - Pré	4,00% a 17,73% a.a	2.411	3.392
Capital Fixo	3,59% a 3,79% a.a + TJLP	8.732	10.782
FINAME	2,50% a 9,50% a.a	7.662	10.507
Arrendamento mercantil	7,2% a.a	48	163
Duplicata descontada	36,61% a.a	21.602	14.072
ACC - Moeda estrangeira	6,46% a 10,03% a.a + variação cambial	2.847	1.400
Empréstimos com partes relacionadas (Nota explicativa nº 14)	TR	6.719	7.253
		123.958	123.177
No passivo circulante		(33.015)	(25.182)
No passivo não circulante		90.943	97.995

Os empréstimos e financiamentos possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

	2019	2018
Até doze meses	33.015	25.182
Um a três anos	77.445	83.964
Quatro a cinco anos	6.779	6.779
Mais de sete anos	6.719	7.252
	123.958	123.177

As operações referentes ao FINAME são garantidas pela alienação fiduciária dos bens financiados e as demais operações são garantidas por aval dos acionistas, penhor mercantil e duplicadas a receber.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia aproxima-se do seu valor justo.

(i) Debêntures

Em abril de 2015, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples, nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S/A. As referidas debêntures não são conversíveis em ações e são da espécie com garantia fidejussória adicional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Foram emitidas 100 (cem) debêntures, divididas em duas séries, sendo 60 (sessenta) debêntures da primeira série e 40 (quarenta) da segunda série. O valor total da emissão de R\$ 100.000 tem seu vencimento final em 07 de maio de 2021. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

A referida emissão se destinou à gestão ordinária dos negócios da Companhia, notadamente para o pagamento da dívida existente de curto prazo, incluindo o pagamento antecipado dos contratos financeiros existentes de capital de giro.

No período de 2019, foram pagos juros no montante de R\$ 6.202 (R\$ 14.801 em 2018) restando um saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 65.112 (R\$ 65.259 em 2018) a ser liquidado nos próximos anos.

Os gastos para a emissão das debêntures totalizaram em R\$ 241 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 723 em 2018) e estão apresentados de forma líquida em relação ao valor captado. A Companhia amortiza esse montante linearmente de acordo com a liquidação das parcelas das debêntures.

Covenants

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não cumpriu com as obrigações contratuais relacionadas à manutenção de certos indicadores financeiros. A Companhia decidiu manter classificados no passivo não circulante os valores das parcelas vincendas em função dos vencimentos originais no montante de R\$ 64.362 em 31 de dezembro de 2019, pois obteve em 06 de fevereiro de 2020 a confirmação “waiver”, antes da aprovação das demonstrações financeiras, de que os debenturistas não solicitariam a aceleração do vencimento da dívida. Como tal confirmação foi obtida após 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante está menor e o passivo não circulante a maior em R\$ 64.362 em 31 de dezembro de 2019.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos	
	2019	2018
Saldos em 1º de janeiro	123.177	141.544
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(207.144)	(56.567)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(534)	(556)
Captação de empréstimos	<u>208.321</u>	<u>46.844</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>643</u>	<u>(10.279)</u>
Outras variações		
Provisão de juros	15.428	17.845
Pagamento de juros	<u>(15.290)</u>	<u>(25.933)</u>
Total de outras variações	<u>138</u>	<u>(8.088)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>123.958</u>	<u>123.177</u>

21 Salários e encargos sociais

	2019	2018
Salários e encargos sociais a pagar	24.292	11.632
Provisão de férias e encargos sobre férias	<u>4.294</u>	<u>3.262</u>
	<u><u>28.586</u></u>	<u><u>14.894</u></u>

O saldo em 31 de dezembro de 2019 de salários e encargos sociais a pagar, compreende substancialmente as contribuições em atraso de INSS e FGTS dos meses de janeiro até dezembro de 2019. Estes impostos estão corrigidos de acordo com a legislação vigente, quando aplicável.

22 Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes no montante total de R\$ 11.939 (R\$ 9.060 em 2018) está composto, predominantemente de adiantamentos no montante de R\$ 4.789 (R\$ 1.974 em 2018), de parcelas antecipadas por conta de produtos a serem faturados no prazo de até 60 (sessenta) dias e adiantamento no montante de R\$ 7.150 (R\$ 7.086 em 2018) referente venda de imobilizado em andamento.

23 Parcelamentos de contribuições

	2019	2018
Parcelamento INSS	3.445	4.446
Parcelamento FGTS	<u>647</u>	<u>937</u>
	<u>4.092</u>	<u>5.383</u>
No passivo circulante	(1.394)	(1.555)
No passivo não circulante	<u><u>2.698</u></u>	<u><u>3.828</u></u>

Refere-se a parcelamentos ordinários e simplificado de INSS dos anos de 2018 e 2019 e parcelamentos ordinários de FGTS do ano de 2017, realizados em 60 (sessenta) meses.

Em 29 de setembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Lei nº 13.496/2017, para parcelamento de impostos e contribuições previdenciários e demais débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, vencidos até 30 de abril de 2017. A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017; e após a aplicação das reduções de multas e juros, a Companhia utilizou-se de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL no montante de R\$ 8.094 com a liquidação do saldo remanescente. A Companhia já consolidou em agosto de 2018 débitos previdenciários e os demais débitos administrados pela RFB em dezembro de 2018.

24 Outras contas a pagar

	2019	2018
Cabemil (ii)	6.603	5.857
Provisões diversas (i)	552	1.167
Rescisão contratual de representante comercial autônomo	1.302	1.268
Jumil Transportes e Comércio Ltda (Nota explicativa nº 14)	21	-
Compra de ações a pagar	241	241
Serviços contratados	46	30
Outros	840	278
	<u>9.605</u>	<u>8.841</u>
No passivo circulante	<u>(2.978)</u>	<u>(2.914)</u>
No passivo não circulante	<u>6.627</u>	<u>5.927</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a provisão para participação nos lucros da diretoria e dos funcionários referente a exercícios anteriores e outros indicadores de *performance* que não exclusivamente lucros.
- (ii) O saldo com a Cabemil refere-se ao desconto em folha dos colaboradores da Companhia para pagamento de mensalidade referente à participação nos convênios médicos, laboratoriais e odontológicos.

25 Provisão para contingências

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (I).

	2019	2018
Em 1º. de janeiro	183	189
Estornos de provisões no exercício	(72)	(585)
Adições de provisões no exercício	125	579
Em 31 de dezembro	<u>236</u>	<u>183</u>

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava provisão decorrente de pagamentos de comissões de vendas a pessoas jurídicas prestadoras de serviços no valor de R\$ 42 (R\$ 21 em 2018).

As provisões para contingências referem-se, substancialmente, a processos de natureza trabalhista e cível no valor de R\$ 194 (R\$ 162 em 2018).

A Companhia tem ações de natureza tributária e cíveis que envolvem riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída no valor de R\$ 266 (R\$ 277 em 2018).

26 Tributos diferidos

Veja política contábil na nota explicativa nº 7 (d).

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	41.473	35.710	-	-	5.763	7.588
Provisão para perda em estoque	507	475	-	-	32	(117)
Ajuste a valor presente	56	(5)	-	-	61	(106)
Ajuste a valor justo	200	585	-	-	(385)	(1.051)
Provisão para contingências	80	62	-	-	18	(2)
Provisão para garantias	180	173	-	-	7	42
Provisões para comissões dos representantes comerciais	832	847	-	-	(15)	(38)
Provisão por redução ao valor recuperável de clientes	1.738	1.726	-	-	12	(69)
Variação cambial passiva a realizar	11	(17)	-	-	28	(8)
Provisão para pagamento P.L.R.	188	397	-	-	(209)	38
Outras	204	44	-	-	160	(243)
Reserva de reavaliação de imobilizado	-	-	(1.570)	(1.632)	63	63
Arrendamento mercantil	-	-	-	(606)	606	(5)
	<u>45.469</u>	<u>39.997</u>	<u>(1.570)</u>	<u>(2.238)</u>	<u>6.141</u>	<u>6.091</u>
(*) Compensação	<u>(1.570)</u>	<u>(2.238)</u>	<u>1.570</u>	<u>2.238</u>		
Líquido	<u>43.900</u>	<u>37.759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.071)	(18.402)
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	2.011	487
	<u>(18.060)</u>	<u>(17.915)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	6.140	6.091
Outros ajustes	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	6.140	6.091
Taxa efetiva	<u><u>31%</u></u>	<u><u>33%</u></u>

27 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 7 (j).

a. Capital social

O capital social está representado por ações no valor nominal de R\$ 0,05539 cada uma, pertencentes aos seguintes acionistas:

	<u>Em lotes de mil ações</u>	
	2019	2018
Rubens Dias de Moraes	189.521	189.521
Fabício Rosa de Moraes	189.521	189.521
Patrícia R. M. Crivelenti	189.521	189.521
Outros acionistas	84.823	84.823
Ações em tesouraria	<u>110</u>	<u>110</u>
	<u>653.496</u>	<u>653.496</u>

Em 26 de fevereiro de 2018, conforme Escritura Pública de Inventário e Partilha do espólio de José Herval Dias de Moraes lavrada no Tabelionato de Notas de Brodowski, as 4.391.675 ações pertencentes ao espólio foram partilhadas entre sua companheira e seus herdeiros descendentes: Maria Luiza Aleixo de Moraes, Luis Fernando Aleixo de Moraes, Luis Gustavo Aleixo de Moraes, Márcia Olinda da Silva de Moraes, José Osório Dias de Moraes, Marta Dias de Moraes, Herval Dias de Moraes e Marisa Dias de Moraes.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 17 de agosto de 2016, foi aprovado pelos acionistas presentes a capitalização da Companhia, em razão da necessidade do fortalecimento do capital de giro e redução do endividamento atual.

Diante de tal deliberação, os acionistas Fabricio Rosa de Moraes e Patricia Rosa de Moraes Crivelenti, optaram pela alienação de uma propriedade rural particular, conforme Escritura Pública de Compra e Venda com Fiança, lavrada no dia 08 de dezembro de 2016, no Cartório de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT, na qual o resultado da venda está sendo cedido aos titulares das debêntures emitidas em 2015, a título de liquidação parcial ou total das mesmas, consequentemente tal pagamento será transformado em crédito na Companhia aos acionistas e consequentemente, transformado em “Adiantamento para futuro para aumento de capital - AFAC”, e referido aumento ocorrerá após o recebimento total da venda da propriedade rural.

Na data 29 de dezembro de 2016, foi assinado, pelos acionistas, um contrato de cessão de direitos creditórios no valor de R\$ 22.516 e R\$ 37.528 classificados no ativo circulante e não circulante, respectivamente, em favor da Jumil, Justino de Moraes e Irmãos S.A. para finalizar a operação de Adiantamento para futuro aumento de capital.

A deliberação do adiantamento para futuro aumento de capital para integralização ao capital social da Companhia deverá acontecer no final do recebimento do contrato de cessão, que está previsto para final de outubro de 2020.

c. Dividendos obrigatórios

Conforme determinado no Estatuto Social:

- (i) Do montante do lucro líquido apurado ao final de cada exercício, 10% será destinado aos acionistas (dividendo obrigatório), após sua compensação com eventuais prejuízos acumulados e constituição de reserva legal;
- (ii) Em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas poderão deliberar, por unanimidade, pela distribuição de dividendos em porcentagem inferior a fixada ou mesmo deixar de distribuí-los; e
- (iii) O pagamento de Juros sobre o capital próprio - JCP pode ser imputado, total ou parcialmente, ao valor do dividendo obrigatório.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao saldo da mais valia dos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 17). A referida “reserva” está registrada líquida dos efeitos tributários, e será realizada apenas por ocasião das depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens que receberam mais valia de custo atribuído, quando os montantes apurados da realização serão transferidos para lucros acumulados.

e. Ações em tesouraria

Em 06 de fevereiro de 2017, o Sr Geraldo Moi, efetuou doação pura e simples de suas 110.310 Ações ordinárias nominativas (participação de 0,0168%), à Jumil – Justino de Moraes, Irmãos S.A., deixando em tesouraria.

28 Receita operacional líquida

Ver política contábil na nota explicativa nº 7 (b).

	2019	2018
Receita de venda de equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros	182.097	183.424
Receita de venda de peças de reposição e acessórios	19.226	19.515
Receita de serviços	728	750
Devoluções	(13.378)	(3.613)
PIS	(1.889)	(2.013)
Cofins	(9.011)	(9.621)
ICMS	(9.098)	(9.082)
	<u>168.675</u>	<u>179.360</u>

29 Custos das vendas e serviços

	2019	2018
Consumo de materias	81.830	87.190
Custo com pessoal	18.599	21.163
Custo ociosidade produtiva com pessoal	9.921	6.230
Custos de depreciação de bens	6.531	6.481
Energia elétrica	3.141	3.123
Industrialização sobre encomenda (ISE)	3.025	2.931
Custo com manutenção	987	1.287
Serviços de terceiros	1.415	664
Alugueis e arrendamentos	380	291
Custo com logística operacional	208	104
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	28	10
Outros	2.770	1.638
	<u>128.835</u>	<u>131.112</u>

30 Despesas por natureza

	2019	2018
Despesas com pessoal	12.435	11.162
Comissões sobre vendas	10.015	11.969
Impostos, taxas e multas	3.627	2.233
Viagens e representações	2.235	2.526
Frete	2.842	2.955
Manutenções, depreciação e amortização	1.473	1.727
Serviços de terceiros	3.500	2.867
Provisões e reversões	115	(495)
Publicidade e propaganda	1.182	1.425
Arrendamentos	563	475
Assistência técnica e garantia	1.688	1.738
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	1.324	56
Seguros	206	104
Outras	506	2.760
	<u>41.711</u>	<u>41.501</u>
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(12.195)	(11.631)
Despesas com vendas	(29.516)	(29.870)
	<u>(41.711)</u>	<u>(41.501)</u>

31 Outras receitas operacionais, líquidas

	2019	2018
Recuperação de despesas (i)	1.693	1.498
Resultado na venda de imobilizado	232	24
Recuperação de impostos	727	-
SICCOB - Integralização de rateio (Receita)	259	-
Outros	29	15
	<u>2.939</u>	<u>1.537</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, a recuperação de créditos de ICMS sobre importações e reembolso de despesas a empregados.

32 Receitas financeiras

Ver política contábil na nota explicativa nº 7 (c).

	2019	2018
Valor justo contrato cessão direitos creditórios	3.146	5.662
Descontos obtidos	159	80
Rendimento de aplicação financeira	146	199
Variação cambial	802	1.479
Receita sobre investimentos temporários	15	124
Outros	42	129
	<u>4.310</u>	<u>7.673</u>

33 Despesas financeiras

Ver política contábil na nota explicativa nº 7 (c).

	2019	2018
Juros sobre empréstimos bancários	9.640	18.730
Despesas bancárias diversas	991	1.327
Juros sobre contribuições, impostos e duplicatas descontadas	10.910	3.516
Variação cambial	1.132	1.393
Correção monetária contrato cessão direitos creditórios	-	6.316
Valor justo contrato cessão direitos creditórios	2.014	2.572
Outros	380	219
	<u>25.067</u>	<u>34.072</u>

34 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2019								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Contrato cessão de direitos creditórios	10.669	-	-	10.669	-	11.258	-	11.258
Aplicações financeiras	627	-	-	627	-	627	-	627
Títulos e valores mobiliários	361	-	-	361	-	361	-	361
Total	11.657	-	-	11.657	-	11.657	-	11.657
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	402	-	402	-	-	-	-
Contas a receber	-	24.440	-	24.440	-	-	-	-
Empréstimos	-	4.720	-	4.720	-	-	-	-
Total	-	29.562	-	29.562	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	123.958	123.958	-	123.958	-	123.958
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	33.576	33.576	-	-	-	-

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2018								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Contrato cessão de direitos creditórios	9.538	-	-	9.538	-	9.538	-	9.538
Aplicações e títulos e valores mobiliários	52	-	-	52	-	52	-	52
Total	<u>9.590</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.590</u>	<u>-</u>	<u>9.590</u>	<u>-</u>	<u>9.590</u>
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.218	-	1.218	-	-	-	-
Contas a receber	-	21.123	-	21.123	-	-	-	-
Empréstimos	-	4.486	-	4.486	-	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>26.827</u>	<u>-</u>	<u>26.827</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	123.177	123.177	-	123.177	-	123.177
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	29.115	29.115	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2019.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pelo Conselho de Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Todos clientes são monitorados via SERASA e, em caso de restrições o limite de crédito é suspenso até regularização. Em casos de vendas a prazo é adotado procedimento de emissão de Contrato de Compra e Venda com Reserva de Domínio.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	1.028	1.218
Títulos e valores mobiliários	361	52
Contas a receber de clientes	24.440	21.123
Contrato cessão de direitos creditórios	10.669	9.538
Empréstimos com partes relacionadas	4.720	4.486
	<u>42.218</u>	<u>36.417</u>
Circulante	(36.137)	(22.341)
Não circulante	5.081	14.076

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes da Companhia na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2019	2018
A vencer	18.360	16.017
Vencidas até 30 dias	2.318	1.066
Vencidas de 31 a 60 dias	826	638
Vencidas de 61 a 90 dias	437	75
Vencidas de 91 a 180 dias	533	926
Vencidas de 181 a 365 dias	687	1.179
Vencidas a mais de 365 dias	6.390	6.299
	<u>29.551</u>	<u>26.199</u>

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses valores não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado.

	2019	2018
Em 1º de janeiro	5.076	5.279
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	344	89
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(309)	(292)
Em 31 de dezembro	<u>5.111</u>	<u>5.076</u>

A Companhia passou a adotar o critério de provisionar seus recebíveis vencidos de acordo com o CPC 48.

Foram analisados os valores recebidos dos últimos 3 anos para se encontrar as taxas médias de recebimento dos recebíveis vencidos de acordo com o idade e utilizado a média dessas taxas para efetuar a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2019					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	33.576	33.576	26.949	6.627	-	-
Empréstimos e financiamentos	123.958	134.913	33.048	87.234	7.912	6.719
	<u>157.534</u>	<u>168.488</u>	<u>59.996</u>	<u>93.861</u>	<u>7.912</u>	<u>6.719</u>
Circulante	(59.964)	(59.966)	59.966	-	-	-
Não circulante	97.570	108.491	-	93.861	7.912	6.719

	2018					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	29.115	29.115	23.188	5.927	-	-
Empréstimos e financiamentos	123.177	146.118	24.949	101.378	12.537	7.254
	<u>152.292</u>	<u>175.233</u>	<u>48.137</u>	<u>107.305</u>	<u>12.537</u>	<u>7.254</u>
Circulante	(48.370)	(48.137)	48.137	-	-	-
Não circulante	103.922	127.096	-	107.305	12.537	7.254

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, e a venda de produtos. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia não contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e euro e estão assim apresentados:

		2019			2018		
	Nota	R\$	US\$ (mil)	€\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)	€\$ (mil)
Ativo							
Contas a receber de clientes	11	<u>3.392</u>	<u>841</u>	<u>-</u>	<u>3.113</u>	<u>803</u>	<u>-</u>
Total		<u>3.392</u>	<u>841</u>	<u>-</u>	<u>3.113</u>	<u>803</u>	<u>-</u>
		2019			2018		
	Nota	R\$	US\$(mil)	€\$(mil)	R\$	US\$(mil)	€\$(mil)
Passivo							
Empréstimos e financiamentos US\$	20	<u>2.847</u>	<u>706</u>	<u>-</u>	<u>1.400</u>	<u>361</u>	<u>-</u>
Total		<u>2.847</u>	<u>706</u>	<u>-</u>	<u>1.400</u>	<u>361</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2019, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetada de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

					Redução em		Elevação em	
	Exposição em 2019 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2019 US\$ (mil)	-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	3.392	Câmbio	4,03	841	(1.696)	(847)	1.696	847
Total	<u>3.392</u>			<u>841</u>	<u>(1.696)</u>	<u>(847)</u>	<u>1.696</u>	<u>847</u>
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	2.847	Câmbio	4,03	706	(1.423)	(712)	1.423	712
Total	<u>2.847</u>			<u>706</u>	<u>(1.423)</u>	<u>(712)</u>	<u>1.423</u>	<u>712</u>
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(3.119)	(1.559)	3.119	1.559

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	2019	2018
Ativo financeiros		
Aplicações financeiras	627	52
Títulos e valores mobiliários	361	107
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	59.087	29.107
Debêntures a pagar	64.871	64.536

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentadas nas tabelas a seguir:

		Cenários									
		Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações											
Caixa equivalentes caixa	988 CDI	5,94	59	7,43	73	8,91	88	4,46	44	2,97	29
Total dos ativos financeiros	988		59		73		88		44		29
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos											
Capital de giro	(9.067) CDI	5,94	(539)	7,43	(674)	8,91	(809)	4,46	(404)	2,97	(270)
Capital fixo	(8.732) TJLP	5,09	(444)	6,36	(555)	7,64	(667)	3,82	(334)	2,55	(223)
Debêntures	(64.871) CDI	5,94	(3.853)	7,43	(4.820)	8,91	(5.780)	4,46	(2.893)	2,97	(1.927)
Partes relacionadas	(6.719) TR	0,60	(40)	0,75	(50)	0,90	(60)	0,45	(30)	0,30	(20)
Total dos passivos financeiros	(89.388)		(4.876)		(6.099)		(7.316)		(3.661)		(2.440)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido			(4.817)		(1.209)		(2.411)		1.200		2.406

Fonte: As informações do CDI, TJLP e TR, foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2019.

35 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2019	2018
Gestão do capital		
Total do passivo	206.439	185.517
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.028)</u>	<u>(1.218)</u>
(=) Dívida líquida (a)	<u>205.411</u>	<u>184.299</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>(12.312)</u>	<u>1.619</u>
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (a/b)	<u>(16,68)</u>	<u>113,84</u>

36 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

37 Eventos subsequentes

COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia antes mesmo da acentuação da pandemia em território nacional, já vinha tomando medidas de proteção em razão da situação vivenciada noutros países que já estavam sofrendo com a propagação do vírus. Com a chegada do vírus e o surgimento dos decretos federais, estaduais e municipais, de isolamento social a Companhia procurara atender a todas as orientações adotadas para o seguimento por estar na cadeia do Agro como atividade essencial, tanto as vindas por normativas do Ministério do Trabalho (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

Também, aplicando desde o início, o teletrabalho (home office) e revezamento de colaboradores das áreas administrativas, bem como o distanciamento e uso de EPIs próprios para o momento de pandemia para os colaboradores das operações, para a produção adotou a Medida Provisória nº 936 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, por 3 (três) meses com percentuais de redução de jornada em 25%, 50% e 70% de trabalho, para toda Companhia respeitando o centros de custos e grupos de riscos. Outra medida foi a concessão da suspensão temporária por prazo de cinco meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES Automático, junto ao contrato 20.20001 do Banco do Brasil no montante de R\$ 1.246 mil

A Companhia vem tomando todas as medidas sanitárias estipuladas pelos órgãos governamentais, e associação de classe, além de ações próprias, visando a prevenção do vírus em suas unidades bem como na comunidade.

Riscos de liquidez e de mercado

Por ser uma atividade essencial na produção de implementos agrícolas, a Companhia não sentiu impactos relevantes na área econômica considerando, o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e até a emissão dessas demonstrações contábeis financeiras.

A Companhia mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa onde vamos aproveitar os incentivos de ofertas de credito neste momento para baixar taxas de juros e cobertura do ponto de equilíbrio no curto e longo prazo.

Não existem renegociações relevantes sobre os recebíveis e não há inadimplência.

A Companhia promoveu diversas negociações de pagamentos aos fornecedores e vem cumprindo na medida do possível seus compromissos financeiros, legais e tributários.

Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão de desse relatório

A Companhia não considerou em suas demonstrações financeiras potenciais aumentos de perdas com recebíveis no cálculo das suas estimativas e também não identificou a necessidade de reforço de provisões existentes no exercício.

Os preços dos contratos com clientes foram mantidos e não houve negociações que poderiam indicar margens negativas, assim, não são previstas perdas futuras nos próximos meses por contratos onerosos.

Debêntures

Em Assembleia Geral dos Debênturistas (AGD) realizada em 06 maio de 2020, a Companhia obteve a prorrogação do pagamento do valor principal das debêntures que deveria ser liquidado em maio e outubro de 2020, para utilização no seu fluxo de caixa financeiro no montante de R\$ 6.879. Tais valores deverão ser liquidados juntamente com o saldo remanescente, no montante de R\$ 64.362, com vencimento em 07 de maio de 2021.